O PROJETO DE EDIFICAÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL I – O CASO DA E.M. CEL. JOSÉ SOARES MARCONDES

Francielly F. Freitas, Luana C. Jesus Bernardino, Jaquelyne S. Balsani, Isabela M. Andrea, Tatiane Rodrigues Freitas, Djanine Dolovet Martins, Sibila C. de Arêa Leão Honda

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Faculdade de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo Presidente Prudente, SP. E-mail: sibila.honda@sibila.arq.br

RESUMO

É bastante comum que projetos arquitetônicos e edificações sejam utilizados como propaganda de governos, ideologias, empresas. As edificações escolares também fazem parte dessa realidade. No Brasil, no início da República e em outros períodos, os edifícios das escolas têm sido utilizados como marketing do governo instituído. A partir disso, esta pesquisa buscou analisar um caso de edificação escolar de ensino fundamental I na cidade de Presidente Prudente, no interior do estado de São Paulo, focando nos aspectos estilísticos e projetuais da mesma, relacionando-os aos momento histórico de seu projeto. A metodologia seguida foi qualitativa, baseada em aprofundamento teórico e conceitual, além de levantamentos físicos e projetuais.

Palavras Chave: Educação fundamental, Edificação, Projeto de Arquitetura, Estilo Arquitetônico

THE ELEMENTARY SCHOOL BUILDING DESIGN – THE CASE OF CEL JOSÉ SOARES MARCONDES SCHOOL

ABSTRACT

It is quite common that architectural design and buildings are used as governments, ideologies, and companies marketing. The school buildings are also part of that reality. In Brazil, at the beginning of the Republic and in other periods, the school buildings have been used as government marketing set. From this, this research aims to analyze a case of school building of elementary school in Presidente Prudente, in the state of São Paulo, focusing on stylistic and projectual aspects thereof, relating them to the historical moment of its design. The methodology was qualitative, based on theoretical and conceptual depth, as well as physical and projective surveys.

Keywords: Elementary school, Building, Architecture design, Architecture style.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil é um país predominantemente urbano, tendo ocorrido fortes processos de migração e a imigração durante o século XX, inchando as cidades brasileiras de forma rápida, resultando em grande déficit habitacional e de infraestrutura e serviços públicos, inclusive de educação.

Da mesma forma, os projetos arquitetônicos das edificações escolares refletem as políticas públicas e diretrizes educacionais de cada período, inclusive de redução de custos. Assim, mostra-se interessante analisar a relação entre a tipologia específica de uma edificação escolar analisada às teorias pedagógicas vigentes e aos estilos arquitetônicos em voga no período.

Durante o período colonial brasileiro, havia um número reduzido de escolas da rede pública, muitas vezes utilizando espaços improvisados, como igrejas, edificações comerciais, assim como na residência dos professores. Entretanto, a maioria das crianças eram instruídas por meio de ensino doméstico (FARIA Fo. e VIDAL, 2000).

A edificação especificamente para o ambiente escolar surgiu no Brasil a partir de 1827 quando D. Pedro I promulgou lei que permitia a criação das escolas de primeiras letras (MEDINA, 2001). Segundo Fernandes (2015), ao longo do período colonial e imperial brasileiros, entre 1549 e 1889, o quadro educacional era rudimentar. Na década de 1870, ainda se discutia sobre a precariedade dos espaços das edificações escolares, almejando-se a construção de espaços específicos para tal atividade, mas pouco se fez.

Saviani et al (2006) afirma que foi somente após a Proclamação da República que se buscou a ampliação da rede escolar, tendo sido propostos os grupos escolares, cujo local concentraria a educação formal, com base na ideologia iluminista, e na monumentalidade da edificação.

No entanto, a partir de meados da década de 1920, os projetos dos edifícios escolares sofreram alterações, buscando-se a homogeneização da mensagem estética, cultural e ideológica, tendo sido proposto estilo neocolonial como padrão de arquitetura escolar (FARIA Fo. e VIDAL, 2000).

Os custos de construção dessa tipologia arquitetônica, entretanto, eram altos, e havia muita demanda de novas escolas. Segundo Medina (2001), em 1927, havia apenas 230 escolas existentes no Brasil, das quais 90 possuíam edificações próprias, e dessas, 20 tinham sido projetadas como escolas.

Assim, na década de 1930, os governos estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo criaram novas políticas de educação voltadas à execução de edificações mais baratas e simples, por meio da arquitetura funcionalista. Até esse período, os Estados eram os responsáveis pelo ensino fundamental (escolas primárias) (FARIA Fo. e VIDAL, 2000).

Em 1934, foi sancionada a nova Constituição Brasileira, que deu à União a competência privativa sobre as diretrizes da educação nacional. A educação foi considerada como questão nacional, com controle centralizado, tendo ocorrido regulamentação da educação brasileira em âmbito nacional e ampliação dos investimentos em educação, embora tenha sido dada prioridade ao ensino superior (SAVIANI et al, 2006; PASINATO, 2013).

Segundo Pasinato (2013), em 1948, o Ministro da Educação apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. O projeto teve seu percurso longo e tumultuado, e somente em 1961 foi aprovada. Tal lei sofreu alterações em 1968 e 1971, e em 1996 ela foi substituída pela atual LDB.

A partir dos anos 1950, a simplicidade e a economia na construção das escolas estavam cada vez mais disseminadas, alterando-se as concepções sobre os espaços escolares, otimizados e com redução dos custos. Segundo Sales (1999), esses aspectos compactuavam com o repertório formal modernista, explicado por Fernandes (2015, p.32):

[...] A arquitetura modernista, preconizando a racionalização, o despojamento de ornamentação, a simplicidade de volumes e a

modulação, além de ser menos onerosa, assimilou a ideia modernização do país. Tal linguagem arquitetônica moderna fora ao encontro da necessidade de expandir a rede física escolar, que carecia de ampliação, visto o aumento significativo da demanda escolar.

No entanto, durante o Governo de Juscelino Kubistchek (1956 - 1961), devido ao processo de crescimento econômico capitalista, apoiado na hegemonia norte-americana, ocorreu a valorização do ensino técnico em detrimento do fundamental (primário) (FERNANDES, 2015; PASINATO, 2013).

Em compensação, no Governo de João Goulart (1961-1964), foi proposto o Plano Nacional de Alfabetização, com o objetivo de alfabetizar 5 milhões de brasileiros até 1965. Tal plano, no entanto, foi extinto assim que os Militares assumiram o Poder Federal (PASINATO, 2013).

Romanelli (2006 apud FERNANDES, 2015) informa que foi feito censo escolar em 1964, cujos dados demonstraram que 33,7% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam escolas, principalmente devido à falta de disponibilidade de vagas.

Assim, durante o Governo Militar, houve ênfase na expansão do ensino, que, em 10 anos (1960-1970), o número de matrículas no ensino fundamental (primário) aumentou de aproximadamente 7,46 milhões para 13,90 milhões (ROMANELLI, 2006 apud FERNANDES, 2015).

Ao mesmo tempo, na década de 1970, estimulava-se a sistematização e padronização dos projetos de edificações escolares. Foi criado o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares – CEBRACE, que indicava diretrizes e critérios a serem considerados no processo projetual (AZEVEDO, BASTOS e BLOWER, 2007). Segundo Fernandes (2015), devido a isso, que resultava de questões financeira e de mercado, o sistema educacional foi prejudicado, distanciando as teorias pedagógicas do processo de projeto.

Em 1979, ocorreu a aprovação da Lei Federal 6.766, que trata de regras de parcelamento do solo urbano. A partir de então, verifica-se a obrigatoriedade de implantação de unidades escolares em todas as áreas urbanas.

Em 1985, José Sarney tomou posse como Presidente da República, e Cunha (2009) informa, a partir de relatório emitido pelo Ministério da Cultura - MEC, que a rede física escolar estava muito precária, com 27% das edificações em condições adequadas de utilização.

Em 1987, a nova Constituição Brasileira estava em discussão, enquanto em âmbito estadual paulista foi criada a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), objetivando concentrar todos os órgãos estaduais que tratavam de assuntos relativos à educação, seja em relação a aspectos físicos quanto pedagógicos (AZEVEDO, BASTOS e BLOWER, 2007).

A nova Constituição Federal, sancionada no ano seguinte, atribuiu competência sobre ensino fundamental aos Estados, mas de forma compartilhada com os Municípios (CF, art.211, §§2º.e 3º.).

Segundo Fernandes (2015), nos anos de 1990 e 2000, aconteceu a reforma do Estado, sendo incluída a busca pela universalização da educação escolar e pela democratização das oportunidades educacionais. Ela destaca, também, que, devido à recessão econômica que aconteceu no Brasil na década de 1990, o setor educacional foi atingido, ocorrendo ampliação da demanda de vagas nas escolas da rede pública.

Cristofoli (2014 apud FERNANDES, 2015) informa que, nesse período, as ações na área educacional estavam focadas em situações escolares existentes, ficando em segundo plano a adequação dos espaços e a criação de novos padrões arquitetônicos.

Nesse rápido contexto histórico e arquitetônico, pode-se verificar como a realidade de análise dos projetos de arquitetura das unidades públicas de ensino fundamental é importante. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar edificação pública de ensino fundamental I em Presidente Prudente-SP, correlacionando seu projeto ao estilo arquitetônico vigente à época de

construção, tendo como estudo de caso a E.M. Cel. José Soares Marcondes.

A metodologia utilizada foi qualitativa, com aprofundamento da linha teórica e elaboração dos conceitos; com investigação prática por meio de levantamentos de documentos e de campo, mapeamentos e análises.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CEL. JOSÉ SOARES MARCONDES

A relevância de analisar os projetos escolares no Brasil acontece por conta das alterações na estrutura física das instituições de ensino, não caracterizando assim uma arquitetura da época para a estrutura escolar, que no caso seria modernista pela data porém pela falta de renda, e com necessidade de ocupação dos alunos e as necessidades do cotidiano há alteração ao decorrer do tempo nas plantas.

Pode-se visualizar que o projeto da escola analisada apresenta forte horizontalidade, cuja planta foi estruturada a partir de um eixo central, dividindo em dois lados simétricos, do lado direito, parte de serviços administrativos diretórios, e no outro lado salas de aula (Figuras 1 e 2).

A edificação não se unifica em um único bloco, dividindo-se em blocos que se interligam por meio de espaços intermediários, e vê-se uma adequação dos espaços conforme as necessidades de fluxo. Nota-se que o segundo bloco é estruturado por pilotis, tendo um pátio bem demarcado com a funcionalidade como área de convívio.

Figura 01. Vista superior da escola de primeiro grau Coronel José Soares Marcondes no Bairro do Bosque – Presidente Prudente/SP
(Fonte: Google Maps)

São dois pavimentos apresentam mesma planta, composta somente por salas, que podem ter uso para aula ou para administração. A fachada apresenta ritmo, gerando assim equilíbrio e configuração de simetria, com grandes esquadrias, usando materiais como vidro e ferro.

Figura 02. Levantamento métrico da Escola de primeiro grau Coronel José Soares Marcondes
(Fonte: autores, 2016)

Apesar do período da elaboração do projeto da escola, condizente com o período da arquitetura moderna, o edifício da escola (Figura 3) não utiliza elementos construtivos claro dessa arquitetura. Essa edificação apresenta elementos da arquitetura colonial, como o uso de janelas convencionais, cobertura em telhas de barro convencionais aparente, e a hierarquia de volumes em cada bloco manifestada através dos pavimentos.

FIGURA 03. Fachada principal da Escola de primeiro grau Coronel José Soares Marcondes no Bairro do Bosque – Presidente Prudente/ SP
(Fonte: autores, 2016)

No entanto, a edificação tem características funcionalistas, onde o resultado formal é derivado das intenções dos ambientes internos e externos pretendidos e suas respectivas funções. Segundo o arquiteto Louis Sullivan: “a forma segue a função”, que tornou-se um princípio do funcionalismo, uma atitude de projeto modernista.

CONCLUSÃO

A escola municipal de ensino fundamental I Cel. José Soares Marcondes não apresenta muitas características estéticas arquitetônicas da época em foi projetada – arquitetura modernista. A importância em cumprir o programa de necessidade é bastante identificada, fixando-se na

ocasionalmente na arquitetura funcionalista. Demonstra um resultando de edificação desconectada com a realidade arquitetônica brasileira da época.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G.A.N.; BASTOS, L.E.G.; BLOWER, Hélide S. O moderno já passado – o passado no moderno. In: Anais do III Seminário Projetar. 2007.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira. 1988.

BRASIL. Lei Federal n.6.766, de 19 de dezembro de 1979.

CUNHA, L.A. Educação, Estado e democracia no Brasil. 6ª.Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FARIA Fo., L.M.; VIDAL, D.G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. No. 14, PP.19-35. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>. Acesso em 06.02.2015.

FERNANDES, F.M. Expansão do ensino fundamental brasileiro e suas implicações na produção arquitetônica escolar paulista nas décadas finais do século XX. (Dissertação de Mestrado) Presidente Prudente: UNOESTE, 2015.

MEDINA, C.T. Arquitetura na Escola. (Monografia de Especialização) Rio de Janeiro: UCM. 2001. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/8/CLAUDIA%20TOSTA%20MEDINA.pdf>.

PASINATO, D. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). In: Semina, Passo Fundo. V.12, n.1. 2013. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/ph/article/view/3647>.

SALES, L.C. O valor simbólico do prédio escolar. (Tese de Doutorado) Natal: UFRN. 1999. Disponível em: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/defe/arquivos/files/Tese%20de%20doutorado%2015%20anos%20depois2\(2\).pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/defe/arquivos/files/Tese%20de%20doutorado%2015%20anos%20depois2(2).pdf).

SAVIANI et al. O legado educacional do século XX no Brasil. 2ª.Ed. Campinas: Autores Associados, 2006.